

Jane Felipe Beltrão

ANTROPÓLOGOS E PROFISSIONALIZAÇÃO NA/PARA AMAZÔNIA¹

RESUMO

No texto, apresenta-se de forma problematizada a situação da Antropologia na Amazônia brasileira, a partir dos antropólogos doutores registrados na Plataforma *Lattes* do CNPq, considerando as demandas profissionais e a capacidade de formação de novos profissionais. Toma-se antropólogo e Antropologia em sentido amplo, abrangendo os quatro campos da Antropologia, dada a extensão dos patrimônios na Amazônia e, ainda, as possibilidades de formação feita na região, considerando a fixação dos profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia; Antropólogos; profissionalização; Amazônia.

ABSTRACT

In the text, the situation of Anthropology in the Brazilian Amazon is presented in a problematized way, from PhD anthropologists registered in the Lattes Platform of CNPq, considering the professional demands and the

¹ A primeira versão do trabalho foi apresentada e discutida durante o Seminário *Formação e Profissionalização no Campo da Antropologia no Brasil: Novos horizontes entre a ciência e a política*, nos dias 15 e 16 de maio de 2014, por ocasião da Mesa Redonda: *Antropólogos/as e profissionalização: relatos de experiências*, coordenada por Jorge Eremites de Oliveira, ocorrida na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em Pelotas/RS.

capacity to train new professionals. To become anthropologist and Anthropology are considered in a broad sense, covering the four fields of Anthropology, given the extension of the patrimonies in the Amazon and also the possibilities of training made in the region, considering the settlement of professionals.

KEYWORDS: Anthropology; Anthropologists; professionalization; Amazon.

À PARTIDA, PONDERAÇÕES...

Na Amazônia os números são sempre desfavoráveis quando o assunto é formação profissional, educação e produção científica. Permanecendo na área de Antropologia, parece que se caminha a passos demasiado vagarosos e distantes dos demais centros estabelecidos no Centro Sul do país. Ao apresentar números, se considerarmos pessoas e coletivos sociais, o passivo cresce, mas é melhor contextualizar, para não parecer uma letargia inexplicável, tão forte quanto os preconceitos que se abatem sobre a região desde a Colônia.

O diferencial de trabalhar na Amazônia reside na possibilidade de atender as demandas, não da Amazônia brasileira, mas da Pan-Amazônia, que são muitas e exigem expertise política, conhecimento refinado e adequação que rechace os “colonialismos”, ainda vigentes, no campo científico. No caso, qualquer pesquisador(a) que tenha responsabilidade social e compromisso com a Amazônia precisa “tomar ciência” de que há diversidades e conhecimentos com os quais se é obrigado, por “dever de ofício”, a conviver. E, para além da convivência, torna-se imperioso admitir que os conhecimentos nativos – no sentido de originais e pertencentes ao saber local – devem ser considerados no trato acadêmico cotidiano. Não é possível fazer ciência, sobretudo, no campo social desprezando o saber local. E mais, o diálogo com os intelectuais indígenas e quilombolas, hoje é imprescindível².

² Chamo intelectual indígena e intelectual quilombola tanto às pessoas que, nas comunidades de origem, detêm o conhecimento tradicional e são reconhecidos pelos demais membros do coletivo; como aquelas que buscaram formação acadêmica via ensino superior – graduado e pós-graduados – e mantêm diálogo com a academia e com os membros de suas comunidades de origem. Usando a terminologia de Gramsci, eles são intelectuais orgânicos que “organizam” as ações políticas via interlocução e comunicação. Sobre o assunto, consultar Gramsci (1979).

Especialmente, não é possível produzir conhecimento que, de alguma forma, contribua e interfira na formulação de políticas públicas, ignorando os direitos e as especificidades étnicas e raciais³ que compreendem povos indígenas e tradicionais, pois as proposições universalistas não os consideram e tampouco nos consideram, enquanto amazônicos. As políticas públicas que podem recepcionar os direitos de gênero no espaço urbano, por exemplo, não atendem as demandas de gênero referente aos coletivos indígenas e quilombolas, assim sendo para realizar a política é preciso acatar demandas específicas.

Portanto, o diferencial, necessário à Amazônia, é o desafio de ser cientista com formação acadêmica e política de excelente qualidade, pois ciência & tecnologia se faz de “olhos abertos” ao futuro e trabalhando em “benefício” de todos, vistos e compreendidos a partir de suas especificidades.

Até aqui, parece fácil, entretanto, apesar da capacidade que se ameahou nos últimos anos, em algumas as áreas, indo contra os olhares coloniais que colocam, em segundo plano, a produção de conhecimento na Pan-Amazônia; somos uma comunidade científica relativamente pequena, em relação ao espaço no qual atuamos e às demais regiões do país que, historicamente, receberam maiores incentivos e investimentos das diversas agências de fomento. É urgente, vencer o desafio, ampliar o número de membros da comunidade científica e criar condições de trabalho e estudo condizente com as demandas na Amazônia.

ADVERTÊNCIA EM NÚMEROS

A cada 100 mil habitantes, em 2014, na Amazônia brasileira, éramos: 77 (0,49%) antropólogos; 13 (0,08%) arqueólogos; 58 (0,37%) operadores do direito; e 107 (0,67%) historiadores, caso a fonte/referência forem os doutores registrados na plataforma Lattes do CNPq (painel)⁴ para ficar, apenas na área que se atua com mais proximidade – Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Comparando os dados às demais regiões, as diferenças regionais produzidas pela “incompetência” política brasileira assusta, basta olhar o Quadro 1, abaixo.

³ Conservo as duas referências – étnica tal qual se usa na Antropologia e agrego a categoria racial em respeito ao movimento negro que, conserva o uso de racial não apenas como possibilidade de produzir explicações sobre a realidade, mas como possibilidade de mudar a conotação atribuída à categoria, na tentativa de amenizar preconceitos de diversas ordens que fomentam o racismo.

⁴ Não trabalhei com os mestres em Antropologia, porque os mesmos não trabalham no espaço da pós-graduação, portanto não formam mestres nem doutores.

Quadro 1: Área e profissionais doutores por região do Brasil - 2014.

Área	Profissionais doutores				
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Antropologia	77	215	94	458	159
Arqueologia	13	47	10	48	31
Direito	58	263	157	1.138	537
História	107	451	248	1.125	488

Fonte: Elaborado a partir da Plataforma Lattes/CNPq – 2014⁵.

Passados dois anos da primeira apresentação dos dados, houve pequena alteração, mas não de forma substancial, especialmente, considerando demandas e desafios. A cada 100 mil habitantes, em 2016, na Amazônia brasileira, somos: 82 (3,75%) antropólogos; 18 (0,84%) arqueólogos; 79 (3,94%) operadores do direito; e 118 (9,02%) historiadores. Conferir o Quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Área e profissionais doutores por região do Brasil - 2016.

Área	Profissionais doutores				
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Antropologia	82	230	101	475	163
Arqueologia	18	47	9	50	34
Direito	79	316	178	1.274	596
História	118	522	270	1.193	753

Fonte: Elaborado a partir da Plataforma Lattes/CNPq – 2015⁶.

Lendo de forma mais acurada e pensando nos fazeres antropológicos, no Pará por exemplo, temos conhecidos 50 povos indígenas, falantes de pelo menos outras 50 línguas, distribuídos em 63 terras indígenas (BELTRÃO, 2012), e mesmo considerando que os números da plataforma Lattes possam ser equivocados, pois nem todos os profissionais possuem *Curriculum Lattes*, o número de profissionais continua reduzidíssimo para produzir: história; inventariar patrimônios; dar conta de relatórios de impacto ambiental em equipes interdisciplinares;

⁵ Dados obtidos no site: <http://estatico.cnpq.br/painelLattes/>. Acesso em: 30 mar. 2014.

⁶ Dados obtidos no site: <http://estatico.cnpq.br/painelLattes/>. Acesso em: 27 mar. 2016.

estudar sistemas jurídicos diferenciados; e requerer direitos para proceder a adequada demarcação de terras indígenas e quilombolas. Mesmo admitindo a possibilidade de erro e se os dados pudessem ser lidos de forma “dobrada”, nem assim teríamos números expressivos. Pensem comigo, não estou trabalhando com o fato de que nem todos os antropólogos voltam-se para o que denominamos Etnologia Indígena, portanto, muitas demandas não se inscrevem na chave e ficam fora do alcance do campo de atuação dos profissionais aqui indicados.

Outro ponto importante para reflexão, muitos dos participantes da comunidade científica, hoje, formaram-se nos anos 90 e os(as) formados(as) nos anos 80 e 70 estão se aposentando. Urge renovar os quadros das Instituições de ensino superior, especialmente nas instituições públicas, onde a pesquisa é realizada, pois a exceção do *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)*, que teve, à época, como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência de discentes na educação superior que, produziu o crescimento de vagas no Ensino Superior e incorporou novos docentes, as contratações continuam escassas. Nos institutos de pesquisa, as incorporações são feitas via bolsas de apoio à permanência de pessoal qualificado, mas a demanda é para profissionais que gozem de estabilidade para desenvolver projetos e ações na Amazônia.

Por outro lado, avaliando o tempo de formação de um novo profissional nas duas áreas apontadas, demanda pelo menos 11 anos de estudos contínuos, após o ingresso no ensino superior. A cooperação do pessoal em formação, em grupos de pesquisa e a substituição dos profissionais que se aposentam é tarefa hercúlea, impossível de se fazer em pouco tempo. Os profissionais que trabalham nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, sabem que é preciso ser “mil em 1”, pois os doutores, antes referidos, ministram disciplinas e orientam discentes na graduação e na pós, atividades que implicam em preparar programas, ministrar aulas, ler textos, acompanhar e avaliar a produção dos orientandos, administrar unidades acadêmicas, escrever artigos, publicar livros e capítulos, atender editais e produzir relatórios, entre muitos outros afazeres que se tem nas IES.

Olhando pelo ângulo do trabalho de pesquisadores mais experientes, bolsistas de produtividade do CNPq por exemplo – em toda a Amazônia não há um só bolsista 1A na Antropologia, parece brincadeira! Mas, também não há nos demais campos disciplinares aqui eleitos para análise.

Cada doutor pode orientar até três bolsistas de iniciação científica por ano (concorrendo a pelo menos um edital a cada ano e a outro edital de dois em dois anos). Somos poucos, nas duas áreas que atuo (Antropologia e Direito), a última concessão de bolsas de produtividade, a Instituição à

qual sou filiada, possui nas áreas de conhecimento que examino: seis bolsistas na Antropologia, dois na Arqueologia, dois no Direito, e cinco na História. Embora sejamos um número maior de pesquisadores e eu, talvez, participe do programa de pós-graduação que possui um dos mais altos índices de profissionais contemplados com bolsas de produtividade – no último triênio de 15 docentes 11 são PQ – entretanto cinco dos 11 bolsistas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) atendem mais de um programa de pós-graduação, indo ao Direito, às Artes, à Saúde e à Genética. Portanto, apesar da consolidação de muitos de nossos programas e da produção que temos, os números apresentam-se desfavoráveis. No Direito, somos apenas três bolsistas de produtividade. Poderia me alongar, mas creio que os números apresentados oferecem uma robusta configuração do estado da arte no Pará.

Considerando que a chamada Amazônia Legal, compreende 5.217.423 km², totalizando 61% do território nacional, abrangendo os estados do: Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Onde, há 24 milhões de pessoas em 775 municípios, abrigando 250 mil pessoas indígenas que respondem por mais 55% dos povos indígenas no país e possui em seus domínios 24 dos 34 distritos sanitários especiais indígenas (DISEI). A região abriga “completamente” o bioma Amazônia, que é sem dúvida o maior dos biomas existentes no Brasil, ou seja 1/3 das florestas tropicais úmidas, é área de elevada biodiversidade e segundo se propala é, a fora compreender 1/5 da disponibilidade mundial de água potável do planeta. Exagero ou não, em termos mais amplos, pensando a Pan-Amazônia que abrange os seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guyana, Peru, Suriname e Venezuela, a situação parece mais difícil. Infelizmente não tenho os números da pós-graduação nos diversos países, sei apenas que a graduação nos demais países – exceto Guyana e Suriname de onde não tenho informações – os antropólogos são formados na graduação, como de fato estamos fazendo, agora, ainda timidamente no Brasil.

Os números – dentro do Brasil – referentes à formação em Antropologia tornam-se graves, especialmente considerando o patrimônio humano e material da região que supõem múltiplas ações, estudos e proteção requerendo diuturnamente estudos, avaliações e laudos antropológicos, sobretudo, pelas “infinitas” ações consideradas de desenvolvimento e que não respeitam os direitos dos povos indígenas e populações tradicionais.

NA AMAZÔNIA, COMO SE FORMAM OS ANTROPÓLOGOS

Considerando o quadro e as discussões nas quais me inseri na CAPES durante a avaliação trienal (2010/2013) tendo a pensar que devemos mudar parte dos “nortes” atuais para alcançar melhor patamar.

Os cursos de graduação, existentes na área de Ciências Sociais não conseguem formar profissionais em Antropologia na medida das demandas regionais. Especialmente, porque não oferecem aos discentes qualificação satisfatória para atuar como antropólogos, sobretudo se considerarmos dois dos campos da Antropologia: a Antropologia Social e a Arqueologia, pois no caso da Bioantropologia e da Linguística antropológica a formação na graduação é inexistente, não há sequer disciplinas que contemplem os campos. Por exemplo na UFPA, desde 1973, Antropologia Física, não é ofertada para Ciências Sociais e sim para biólogos e foi desenvolvida com outra configuração no campo da Genética.

Há uma tentativa recente (2010) de formar bioantropólogos, em nível pós-graduação, dentro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará, entretanto, como o campo se desenvolveu nos últimos anos próximo à Genética, a demanda pela formação cresce cautelosamente na medida em que o trabalho se torna conhecido. Até o momento, há uma única pessoa formada no campo, em nível de mestrado e 10 pessoas em formação.

Nos últimos anos, parte da demanda de qualificação referente às instituições que trabalham com cultura e patrimônio foi razoavelmente atendida pelos cursos de especialização, entretanto, os cursos padecem com problemas centrais: (1) duram dois anos; (2) apesar da demanda, as instituições que desejam formar os profissionais de seus quadros, não concedem liberação aos profissionais em formação; e (3) carecem de financiamento. Antes o CNPq e a CAPES financiavam o empreendimento, hoje não mais. Na Federal do Pará, ofertou-se nos últimos sete anos três cursos de Especialização: dois em Arqueologia (2007 e 2009) oferecido a partir de Belém, o primeiro curso formou 17 profissionais e o segundo titulóu 11 profissionais; e um em estudo e gestão do patrimônio arqueológico, em Rio Branco/Acre, que formou 13 especialistas que trabalham no Acre⁷. Não tenho registro de experiências de especializações, em termos continuados, semelhante a da UFPA, na Amazônia brasileira, pelo menos, com registro nos *sites* das instituições federais de ensino superior.

De 2004 a 2007 quando abriu o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), os profissionais em Antropologia, na Amazônia, foram formados dentro do

⁷ A demanda era semelhante no campo da Antropologia Social, antes da criação do primeiro Mestrado em Antropologia (1994/2004), na Região Norte, na Universidade Federal do Pará, quando se ofereceu oito versões de cursos de Especialização em Antropologia. Sobre o assunto consultar Beltrão (2004).

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFPA com ênfase em Antropologia e Sociologia, pois com a criação do PPGCS o Mestrado em Antropologia foi encerrado (2004), apesar das solicitações da Capes e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

EM MANAUS

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM⁸ foi criado, em 2007, por demanda induzida considerando a necessidade de implementação de um Centro de Antropologia no Amazonas, pois lá como em outros espaços da Amazônia foram feitos cursos de especialização, em Manaus, antes da implementação de programas em nível de pós-graduação. Pelo menos, uma das antropólogas do PPGAS/UFAM passou por um desses cursos, completando sua formação poucos anos após o referido curso. Os demais profissionais vieram de fora da Amazônia e juntaram-se aos colegas da UFAM para constituir o Programa que, inicialmente, ofereceu mestrado e, posteriormente, doutorado em Antropologia Social. A oferta de cursos em níveis especializados de formação em Antropologia permitiu o exercício de atividades qualificadas na área em dois anos (2009), hoje, há 22 profissionais formados em nível de mestrado, em breve, os doutorandos devem estar à disposição do mercado. Os profissionais envolvidos pela UFAM estão criando condições para a implementação de um centro de referência em estudos antropológicos, voltado a pesquisas na Amazônia.

De 2007 a 2014, o PPGAS/UFAM formou 22 mestres e, em 2014, possuíam em formação 16 doutorandos e 36 mestres, segundo as informações disponíveis no site do PPGAS⁹.

EM BELÉM

Em 2010, foi aberto, por iniciativa de um grupo de profissionais com formação em diversos campos (Antropologia Social, História, Arqueologia, Bioantropologia e Genética), o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) na Universidade Federal do Pará, aprovado em nível de mestrado e doutorado que forma profissionais nas áreas de concentração em Antropologia Social, Arqueologia, Bioantropologia e Linguística Antropológica. Até o momento, foram realizados seis processos seletivos (para 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015). Ingressaram no

⁸ As informações foram retiradas do *site* do PPGAS/UFAM: <http://ppgas.ufam.edu.br/>. Acessos em: 06.mai. 2014 e 27.mar.2016.

⁹ Não foi possível atualizar os dados referente aos egressos – mestrado e doutorado, pois as informações do site estão incompletas (acesso em: 27. mar. 2016).

mestrado 71 pessoas e no doutorado 54 pessoas. Até o momento, foram formados 31 mestres e 13 doutores.

No início de 2014, em reunião do colegiado do PPGA, após a avaliação da Capes que manteve a nota 4 referente a criação do Programa, constatou-se a impossibilidade de formar profissionais em linguística antropológica – que deveria estar totalmente implementada em 2014, conforme a APCN – pois não há no Brasil profissionais no campo e por outro lado foi aberto, na própria UFPA, doutorado em linguística na área de Letras. Assim decidimos que há disciplinas de linguística no PPGA, entretanto não poderemos manter a área de formação no campo. No momento, o Programa possui matriculados 40 doutorandos, dos quais oito no *Campus* de Breves-PA¹⁰, ingressos em 2014, e 35 mestrandos.

EM CUIABÁ

Em 2014, foi criado, por iniciativa de oito jovens e bem formados doutores apoiados pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), o Mestrado em Antropologia Social que conta com três discentes ingressos em 2014; oito em 2015; 12 em 2016. Conta com 23 discentes matriculados, dois quais dois foram titulados mestres em março de 2016, a terceira defesa que corresponde à primeira turma de ingresso está agendada para maio de 2016. A aula inaugural do curso foi realizada pela Dr^a. Esther Jean Langdon, em 22 de abril de 2014.

Conforme as informações apresentadas, na Amazônia brasileira há, apenas, três caminhos de formação específica em Antropologia. A disparidade entre a formação e a demanda social é abissal. Os programas de pós-graduação em Antropologia, sediados em Manaus, Belém e Cuiabá, ainda, não completaram 10 anos de atuação e o programa sediado em Cuiabá por enquanto não forma doutores em Antropologia. Todos os programas, atentando para as diferenças regionais, contemplam políticas afirmativas e formam indígenas, como antropólogos, em nível de mestrado e doutorado. Em 2015, o PPGA/UFPA formou o primeiro indígena antropólogo na região. O novo profissional se deslocou de Dourados no Mato Grosso do Sul para o Pará.

Espera-se que com a nova proposta de criação de Mestrado em Antropologia, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, a distribuição dos centros de formação contemple a demanda por profissionais no campo da Antropologia na Amazônia.

¹⁰ Atendimento de demanda social do Arquipélago de Marajó, no âmbito do Programa de Apoio à Qualificação de Docentes e Técnicos (PADT) mantido pela UFPA, a seleção especial ofereceu 12 vagas para docentes e quatro para demanda social.

O CAMPO PROFISSIONAL PARA ANTROPÓLOGOS

Afora as instituições de ensino superior que formam e empregam antropólogos para atender as demandas de vários cursos e que, hoje, precisam implementar ações afirmativas e cursos diferenciados; e órgãos como Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que possuem a requisitam antropólogos para seus postos administrativos; há outras instituições requerendo os profissionais do campo da Antropologia.

Na esteira das demandas, é possível identificar: (1) o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que requisita arqueólogos para seus quadros; (2) discreta demanda feita pelo Ministério Público Federal (MPF) – entretanto, no Pará, há, apenas, dois antropólogos no MPF, um em Marabá e outro em Santarém. Pode-se pensar serem estes os únicos eixos de chamada de antropólogos na região, entretanto, na Amazônia, há demandas constante de profissionais do campo para: (1) trabalhar em organizações não governamentais assessorando povos indígenas e populações tradicionais; (2) realizar trabalho (temporário) nas inúmeras obras de impacto – rodovias, hidrovias, usinas hidrelétricas, instalação de refinarias e complexos industriais que se fazem presentes na Amazônia, os quais geram sobretudo a necessidade de praticar estudos de impacto, trabalhos de salvamento e emissão de laudos sobre direitos dos povos indígenas e populações tradicionais.

A demanda por profissionais deve aumentar na medida em que o “cerco das hidrelétricas” que nos retira a paz, desde os tempos coloniais, se faz presente. Além do que se as consultas previstas na *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)* aos povos atingidos pelos empreendimentos precisa ser regulamentada e realizada os antropólogos serão requisitados. Espera-se que o movimento indígena e os movimentos sociais consigam, mesmo que a custa de um escasso breviário de lutas, alguma vitória às custas de ações diretas que produzem paralisações e ocupações de áreas estratégicas, como Estrada de Ferros Carajás, Vale, Complexo Belo Monte e as hidrelétricas do Tapajós que atormenta os bravos *Munduruku*, entre tantas outras lutas que consomem e corroem o dia-a-dia dos moradores da região.

Como não se enfrenta a questão da profissionalização com ações efetivas as demandas se arrastam e os postos vão sendo ocupados por pessoas que possuem pouca ou nenhuma qualificação. Assiste-se de pés e mãos atadas a presença de pessoas emitindo laudos, realizando trabalhos inconsistentes, em lugar de antropólogos.

Creio que a questão deve ser equacionada. Pergunto, por que nós, os antropólogos, ainda temos receio da formação na graduação? Por que

um antropólogo só pode ser qualificado se sair dos quadros da pós-graduação? Por que se pensa que, apenas, os profissionais egressos da graduação possuem dificuldades para exercer a profissão? Será que nós que somos pós-graduados, não temos dificuldades? Os experientes não possuem dúvidas? Será que a arrogância tão combatida por alguns de nós, não toma conta da racionalidade que desejamos ter? Será que a lutar por uma Antropologia que atenda as demandas de um país em mudanças é inócua?

Apesar dos anos de magistério, da militância e da proposta acadêmica que, com todos os percalços os antropólogos da/na Amazônia perseguimos, ainda não somos capazes de enfrentar a regulamentação profissional para continuar cumprindo os cânones de ser antropólogo? Se a resposta for “não” é melhor rasgar os diplomas de graduação ou de pós, pois a institucionalização da Antropologia não valeu à pena! Como antropóloga da Amazônia, formada fora da região, continuo a acreditar na importância da disciplina e na pertinência do que se faz, portanto a responsabilidade social de aprender e ensinar com bases sustentáveis é um caminho seguro e enfrentar a mudança – com ou sem receio – e é tarefa de profissionais como nós. Acredito na possibilidade de fazer Antropologia e de discutir a profissionalização que queremos, pois a academia é também o espaço da prática política, tanto quanto estar no INCRA, na FUNAI, ou no MPF, e tem compromisso e qualificação adequada para desenvolver trabalho sério, portanto é preciso mudar o “norte” e o discurso, os tempos são outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Jane Felipe. Amazônia e Antropologia: gradações de um enredamento secular. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). **O campo da Antropologia no Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro: ABA/Contra Capa, 2004. p. 187–212.

----- **Povos Indígenas na Amazônia**. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AUTORA

Jane Felipe Beltrão

Antropóloga e historiadora, docente junto aos programas de pós-graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD) ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro da equipe de avaliação da área de Antropologia na última avaliação realizada pela CAPES. Bolsista de Produtividade em Pesquisa, nível 1C do CNPq. Endereço eletrônico: janelbeltrao@gmail.com.

Recebido em: 13/04/2016.

Aprovado em: 05/13/2017.

Publicado em: 28/06/2017.